

**LV Encontro do Copedem
Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura**

CARTA DE SALVADOR

O Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, reunido na cidade de Salvador-BA, entre os dias 30 e 31 de março de 2023, com foco em “O Papel das Escolas Híbridas na transformação digital do Poder Judiciário”, delibera:

1. A utilização das novas tecnologias e de soluções inovadoras na gestão das escolas judiciais, e de novas metodologias ativas de aprendizagem, é fundamental para ampliar o acesso de magistrados(as) e de servidores(as) aos cursos de aperfeiçoamento funcional, com a qualidade que se exige no ensino à distância;
2. Nesse sentido, compete às escolas judiciais participar ativamente da construção das estratégias dos Tribunais de Justiça para identificar e compreender as demandas de formação e aperfeiçoamento de magistrados(as) e de servidores(as), em busca da implementação da governança corporativa, da transformação digital e da inovação, em busca da excelência da prestação jurisdicional;
3. Para bem executar essa missão institucional, as academias judiciais necessitam de autonomias orçamentária, didático-pedagógica e de recursos financeiros suficientes e específicos;
4. A instituição de fóruns permanentes e de núcleos de estudos sobre os novos direitos e temas complexos, no âmbito das escolas judiciais e de magistratura, é medida essencial para promover os direitos fundamentais, a inclusão social, a redução das desigualdades e o consequente aprimoramento da jurisdição;
5. Considerando que a modalidade EaD possibilita a otimização e a eficiência para os investimentos da Escola, possibilitando a produção de mais conhecimento e capacitação com mais alcance e menos quantidade de recursos; Considerando que o modelo híbrido possibilita:
 - a) aumento na disponibilização de vagas;
 - b) eliminação dos deslocamentos e das dificuldades deles decorrentes;
 - c) otimização do tempo do(a) discente;
 - d) mais facilidade de acesso ao conteúdo das aulas;
 - e) uso sustentável de recursos;
 - f) realização de seminários e cursos para um público de todo o Brasil e exterior;
 - g) economia nos honorários de docentes externos(as) (diárias e passagens);

- h) trazer mais facilmente docentes renomados(as) de outros estados/países;
- i) aumento da produtividade decorrente de maior tempo e concentração, sem interrupções do trabalho presencial.

Recomenda:

- i) Intensificar a utilização da Renejum (Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura) ;
- ii) Elaboração conjunta e compartilhamento de cursos entre Escolas;
- iii) Utilização das novas tecnologias com *mindset digital* – adaptabilidade ao(à) usuário(a) (digital);
- iv) Utilização de instrumentos de medição da qualidade e quantidade de cursos;
- v) autonomia para as Escolas decidirem sobre a utilização do teletrabalho como instrumento de gestão, levando em conta o desempenho (quantidade e qualidade dos cursos conforme metas estabelecidas);
- vi) O fomento à internacionalização e à utilização das redes internacionais de Escolas Judiciais.

Salvador-BA, 31 de março de 2023.

Desembargador MARCO VILLAS BOAS
Presidente do Copedem
Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Desembargador EDVALDO PEREIRA DE MOURA
Vice-Presidente Administrativo do Copedem

Desembargador MARIO ALBIANI ALVES JUNIOR
Diretor da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia (UNICORP)

Juiz MARCELO JOSÉ SANTOS LAGROTA FELIX
Diretor da Escola da Magistratura da Bahia (EMAB)

Desembargador CAETANO LEVI LOPES
Conselheiro Consultivo do Copedem

Desembargador MARCIO VIDAL
Vice-Diretor da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso (ESMAGIS) e Diretor do Centro de Estudos da América Latina – Antonio Rulli Juior (CEAL);

Desembargador JERONYMO PEDRO VILLAS BOAS
Vice-Diretor da Escola Judicial de Goiás (EJUG) e Conselheiro Consultivo do Copedem

Desembargador ELCIO SABO MENDES JÚNIOR
Diretor da Escola Judicial do Acre (EJUD-AC)

Desembargador ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA
Diretor da Escola Judicial do Amapá (AJUD-AP)

Desembargador FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC)

Juiz FABRÍCIO CASTAGNA LUNARDI
Coordenador da Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) – Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro

Desembargador WILLIAN SILVA
Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES)

Desembargador JOSE DE RIBAMAR CASTRO
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM)

Desembargador ODEMILSON FASSA
Diretor da Escola Judicial do Mato Grosso do Sul (EJUD-MS)

Desembargadora LÍLIAN MACIEL SANTOS
Representante da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF-MG)

Desembargadora CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESMA-PA)

Juiz ANTÔNIO SILVEIRA NETO
Diretor Ajunto da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA-PB)

Juiz SILVIO ROMERO BELTRÃO
Coordenador da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE)

Desembargador RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA
Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (EJUD-PR)

Juiz CARLOS AUGUSTO ARANTES JÚNIOR
Representante da Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD-PI)

Juiz FÁBIO WELLINGTON ATAÍDE ALVES
Coodenador da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)

Desembargador NEY WIEDEMANN NETO
Diretor do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Juiz BRUNO COSTA
Representante da Escola do Judiciário do Estado de Roraima (EJRR)

Desembargador LUIZ ANTÔNIO ZANINI FORNEROLLI
Diretor Executivo da Academia Judicial de Santa Catarina (AJSC)

Desembargador ORLANDO EDUARDO GERALDI
Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do São Paulo (TJMSP)

Desembargadora IOLANDA SANTOS GUIMARÃES
Diretora da Escola Judicial do Estado de Sergipe (EJUSE);